



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007584-33.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MARIA LUIZA**
 Requerido: **Carolina Bueno Rocha**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MARIA LUIZA

ajuizou a presente **Ação de Cobrança** em face de **CAROLINA BUENO ROCHA**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese, que é credor da requerida pela importância de R\$ 2.539,74 referente às taxas da unidade autônoma 701, do Condomínio autor.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada para audiência inaugural de tentativa de conciliação, a requerida não compareceu e também não apresentou defesa (cf. fls. 57).

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

1007584-33.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou estar inadimplente no tocante às despesas condominiais da unidade autônoma nº 701.

Apenas um reparo merece o cálculo trazido com a inicial: deve ser expurgado o valor incluído a título de honorários advocatícios, que cabe ao juízo arbitrar. Assim, do valor de R\$ 2.539,74 deve ser subtraído R\$ 423,29.

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a requerida, **CAROLINA BUENO ROCHA**, a pagar ao autor, **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MARIA LUIZA**, a quantia de **R\$ 2.116,45** (dois mil cento e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação. Deverá pagar, ainda, as despesas que se vencera, no curso da lide, nos termos do art. 290, do CPC, com correção a contar dos respectivos vencimentos.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15)** dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P. R. I.

São Carlos, 07 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**